

Andar e viver tranquilo: movimento e estabilidade no litoral piauiense

Francisco Raphael Cruz Maurício

Profecia

“Como era a profecia?”, perguntei para Eli. “Que os príncipes falsos vinham do meio do mar trocando rosário bento por rosário de ouro. Era o dinheiro deles comprando as nossas casas”. Respondeu-me e continuou. “Meu avô dizia essa profecia de Frei Damião. Príncipes falsos comprando, vendendo e trocando. Rosário de ouro é o dinheiro e o outro [rosário] são nossas humildes casas”. Era um final de tarde de vento forte, já estávamos nos despedindo quando Eli contou-me novamente a profecia na qual seu finado avô viu o futuro da Pedra do Sal.

“E uma coisa que eu observo também Raphael, quando terminar tudo, quando eles acabarem de destruir tudo, aí a gente também não vai entrar aí não. Tu sabia disso? A gente também não vai entrar aí não”. Disse Eli convicta. “Porque a Ilha do Caju, eu me criei com aqueles pedaços de camurupim, que eu te falei, meu pai pegou foi lá. Eu fui criada com a ova do camurupim”. E continuou: “[...] meu pai chegava e dizia, olha aqui meus filhos, isso aqui é pra vocês. E cada qual com seu espeto naquele fogo, aquela tranquilidade”.

O pai era mencionado em nossas conversas quando ela evocava um tempo que não mais existe, um tempo de “fartura”, de camurupim, de refeições em família ao redor da fogueira. Lembranças de uma vida de “tranquilidade”, que ela compartilhou comigo. Contudo, “[...] hoje lá na praia

é cercado. E cada guarda tem um rifle. Se entrar, morre. E no futuro aqui vai ser assim também”. Seu finado avô, pescador que bem conhecia o mar e o que vinha dele, havia profetizado o futuro há muito tempo; agora, Eli, essa mulher “criada com a ova do camurupim”, apresentava-me sua própria profecia num final de tarde de setembro, nesse lugar “esquecido” que é a Pedra do Sal.

Introdução

Antes de “empresas”¹ de energia e turismo imobiliário “chegarem” ao litoral do Piauí “cercando” terras e pessoas, os habitantes do lugar já “andavam” pela praia, mangue e mata, garantindo o “sustento”. Para eles, “andar por todo lugar” é sentir-se “liberto” e extrair frutos, peixes, crustáceos e mariscos a “hora que quiser”, é viver na “tranquilidade”.

Neste capítulo, descrevo como meus interlocutores da Pedra do Sal “concebem, narram, julgam e ironizam essas movimentações ou o seu contrário” (COMERFORD; ANDRIOLLI, 2015, p. 9). Foi possível identificar um vocabulário movimentante em seus relatos sobre a vida antes e depois da “chegada” das empresas ao litoral piauiense (COMERFORD; ANDRIOLLI, 2015, p. 8). A partir dos sentidos evocados por eles, reflito sobre a intensidade e a extensão da mobilidade no extrativismo artesanal (CARNEIRO; DAINESE, 2015). Contrastando o “andar” dos extrativistas com o “botar” e “cercar” promovidos por “empresas”, argumento que se sentir “liberto” é uma qualidade intensiva da mobilidade relacionada à extensividade do “andar por todo lugar”, compondo, assim, a “vida tranquila”. O que pre-

1 A palavra “empresa” engloba diversos projetos econômicos instalados ou em vias de instalação por “gente de fora”, podendo referir-se a parques eólicos, criatório de camarão ou demarcações de terra para a construção de resorts de luxo. Como termo abrangente, o tipo específico de empreendimento a que se refere é dado no contexto da conversação. Neste texto, a palavra “empresa” fará referência à empreendimentos de turismo imobiliário, mas principalmente à parques de energia eólica instalados por duas empresas multinacionais.

tendo abordar é precisamente uma tranquilidade movimentante que grassa pelas terras litorâneas piauienses, na qual a estabilidade é indissociável da mobilidade entre a casa e os lugares de caça, pesca e coleta.

Para contextualizar essas reflexões sobre a mobilidade no litoral piauiense, apresento as características morfológicas da Pedra do Sal e a territorialidade de seus habitantes, isto é, o modo pelo qual meus interlocutores de pesquisa organizam e dão sentido aos lugares de uso comum e de posse familiar. Descrevo algumas atividades extrativistas em aquíferos e matas para o leitor dimensionar a extensão das movimentações pelo ambiente ilhéu. Em seguida, apresento o “botar”, “cercar” e “andar” como senhas para a compreensão de sentidos e práticas de movimentação no litoral piauiense. Ao final, busco caracterizar a almejada “vida tranquila” como estabilidade na mobilidade e afirmo que as formulações dos extrativistas da Pedra do Sal contribuem para o entendimento de dimensões autônomas e heterônomas da mobilidade.

Da “terra” ao “terreno”, passando pelo povoado

A Pedra do Sal situa-se no litoral de Ilha Grande de Santa Isabel, um bairro rural do município de Parnaíba, e uma ilha marinha costeira e oceânica de 240 km² (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2012). Em 288 hectares, estão alocados os aparelhos públicos de saúde e educação, a associação de moradores e o cemitério comunitário, a capela Bom Jesus dos Navegantes e a Assembleia de Deus, bares, quitandas e aproximadamente 350 casas pertencentes aos “moradores” da Pedra do Sal e à “gente de fora”, como os que veraneiam no lugar em datas específicas do calendário nacional como o Carnaval ou o Ano Novo (MAURÍCIO, 2020a). A Pedra encontra-se distante 16 km do centro urbano da municipalidade, cujo acesso se dá pela Ponte Simplício Dias da Silva e pela PI-116. É o único povoado de Santa Isabel a encontrar o Oceano Atlântico, possuindo uma faixa de praia com 8 km de extensão utilizada para a subsistência dos moradores, para o lazer dos turistas e para a geração de energia eólica por empresas multinacionais.

Em 2012, o lugar possuía uma população de 980 habitantes agrupados em 190 famílias, cujos membros eram ativos no extrativismo marinho e florestal, na agricultura familiar, na criação de animais, no comércio de alimentos e bebidas em bares na praia. Uma parcela menor ocupava-se no trabalho doméstico e na construção civil. Em 2015, 80% dos habitantes do lugar possuíam renda de até um salário-mínimo, 96% possuíam moradia própria – destas moradias, 75% eram construídas com tijolo e 25% de taipa. Quanto aos níveis de educação formal, 44% dos habitantes cursaram o Ensino Fundamental e 36% o Médio (BEZERRA, 2016; BEZERRA *et al.*, 2017).

Apesar de a Pedra do Sal pertencer administrativamente ao município de Parnaíba, estar em Pedral² é percebido como estar fora da “cidade”, mas dentro da “ilha”, sendo comum ouvir dos ilhéus, “vou a Parnaíba”. Ir a Parnaíba é ir até o hospital, ao colégio, ao comércio, à rodoviária. Assim, o “povoado” é percebido por seus habitantes como englobado pela Ilha Grande de Santa Isabel e não pelo município de Parnaíba, que assume a posição desse outro lugar, a cidade, na cosmografia (LITTLE, 2003) dos moradores.

No vocabulário pedral, “comunidade” é palavra cuja conotação é sociológica, isto é, refere-se ao campo semântico das relações sociais; já “povoado” possui sentido mais geográfico e que, por sua vez, se associa às relações ecológicas. Assim, o termo “comunidade” é utilizado, por exemplo, em histórias sobre a luta por território com fazendeiros no passado ou com empresas de energia eólica no presente. Já o termo “povoado” é mais comumente encontrado em descrições nativas sobre o lugar, sua paisagem de praia, mangue, dunas e matas. Pode-se dizer que a “comunidade” está para o “povoado” assim como a pessoa está para o lugar.

Por lá, “morador” designa quem mora na Pedra do Sal e possui uma parentela residente no povoado. Alguém que lá não nasceu, mas constituiu família e reside, é considerado morador, como os que migraram de povoados vizinhos e estabeleceram família no lugar ou os que se casaram com na-

2 Pedral é uma abreviação do topônimo Pedra do Sal utilizado pelos moradores do povoado e por aqueles que frequentam a praia de mesmo nome.

tivos e iniciaram novas famílias. Aqueles que possuem casa de veraneio ou frequentam a praia nos finais de semana são chamados de “gente de fora”, expressão que engloba o turista, o parnaibano, o teresinense ou o paulista, esse outro da cidade. O oposto destes é o “filho do lugar”, que designa entre os moradores aqueles que nasceram e se criaram no povoado, denotando, assim, uma imagem de nós configuradora de ordem hierárquica (ELIAS; SCOTSON, 2000) na valorização da origem e da permanência prolongada na Pedra do Sal, elementos sociais e temporais que distinguem, no interior da “comunidade”, o “filho do lugar” em relação ao “morador”.

Quanto às categorias de classificação do espaço, existem a “terra” e o “terreno”. A palavra terra engloba os lugares de uso comum, como a praia, o mangue e a mata; já o terreno identifica aqueles que são de uso familiar, por exemplo, a casa, o quintal e o sítio. Pode-se afirmar que a terra está para o terreno assim como a comunidade está para a família. Enquanto o uso da terra é ordenado por regras consuetudinárias que não estão escritas em parte alguma, mas ordenam as práticas extrativistas em todo o lugar, o terreno é organizado pelas relações de parentesco, notadamente aquelas estabelecidas entre o pai e os filhos, que ordenam a divisão e a sucessão do terreno após o casamento.

A territorialidade (GODÓI, 2014) pedral resulta da combinação da posse familiar do “terreno” com o uso comunitário da “terra”, sendo tais posses e usos ordenados cada um por seus respectivos códigos familiares ou comunitários, que instituem que qualquer morador pode caçar na mata, mas somente os parentes manejam as galinhas no quintal. Nessa cosmografia, as regras consuetudinárias estão para as relações de parentesco assim como o uso comum da terra está para o uso familiar do terreno³. E a com-

3 As culturas praticadas nos quintais são de milho, feijão, cana, mandioca, batata-doce, e macaxeira, ata, coco, acerola, manga, limão. São criados no quintal, mas também soltos, galinha, capote, pato, ovelha, cavalo, gado, porco, jumento. Gato, cachorro e alguns passarinhos são animais de estimação. Assim, além do grupo doméstico, estão presente nos “terrenos” uma variedade de plantas leguminosas, frutas, animais de criação destinados ao consumo familiar e animais de estimação.

binação desses diferentes espaços e códigos de ética realiza-se por meio da mobilidade entre a casa e a mata ou entre a casa e o mar.

Durante o século XX até o início do XXI, os moradores da Pedra do Sal viveram sob o domínio da família Silva, composta por políticos e fazendeiros de Parnaíba. Apesar de não terem a posse legal das terras de Ilha Grande, só conquistada em 1989, os Silva controlavam o ingresso de pessoas no povoado e sua permanência através de um tipo de patronagem (WOLF, 2011) que combinava elementos da relação de morada (PALMEIRA, 1977) com o coronelismo político (LEAL, 1997). O acesso a “terrenos” era retribuído com a fidelização do voto em candidatos da família Silva em pleitos políticos (MAURÍCIO, 2020a). Apesar de exercer o controle sobre os usos possíveis e impossíveis dos “terrenos” familiares, os Silva não restringiam a utilização de matas, aquíferos ou mangues por parte dos extrativistas, inclusive reforçavam essa suposta generosidade senhorial em palanques nos comícios eleitorais. De tal modo que sob o regime silvista era possível ao morador da Pedra do Sal utilizar livremente a “terra”, mas não o “terreno”, isto é, podia pescar, catar e coletar sem restrição; assim, para construir uma casa de palha ou taipa no lugar, era preciso a concessão dos Silva.

Tal sistema perdurou até o início dos anos 2000 e foi progressivamente desarticulado à medida que os moradores se organizaram como sociedade civil em sindicatos e associações nos anos 1990, além da melhoria na condição de vida na década seguinte por meio do auxílio financeiro proveniente do Seguro Defeso ao pescador artesanal e de programas sociais, como o Bolsa Família. Na primeira metade dos anos 2000, os Silva passaram a negociar as terras de Ilha Grande com empresas multinacionais de turismo imobiliário e geração de energia eólica. Os direitos territoriais dos moradores foram invisibilizados nesse processo e desde então parte das terras de uso comum utilizadas para o extrativismo artesanal encontra-se sob domínio fundiário das empresas ou sob o impacto ambiental promovido por suas instalações.

O fim da patronagem silvista e o estabelecimento das empresas multinacionais de energia e turismo imobiliário em Ilha Grande acarretaram mudanças no ordenamento territorial do povoado. A primeira foi a degra-

dação ambiental e a privatização de áreas de uso comum decorrentes da instalação das infraestruturas de geração, controle e distribuição de energia. As “terras” utilizadas pelos extrativistas para caça e coleta durante o mandonismo silvista foram restringidas no novo ordenamento territorial promovido pelas empresas. A segunda foi o uso de cerca pelos moradores para demarcar o “terreno” familiar, algo que os Silva proibiam, visto que simbolizaria a posse do morador em detrimento da propriedade daquela família. A terceira foi a especulação imobiliária promovida pela “gente de fora”, atraída ao lugar pelo fim das restrições silvistas e pela instalação das empresas, modificando a demografia do povoado. A quarta foi a dificuldade de reestabelecimento no povoado dos que haviam migrado para centros urbanos por motivos de trabalho, pois a família vendeu para “gente de fora” parte do “terreno” que poderiam ocupar ao retornarem⁴.

Do mar ao mangue, passando pela mata

Apesar das casas da Pedra do Sal ocuparem 288 hectares, os moradores do lugar utilizam para o seu “sustento” diferentes unidades ecológicas distribuídas pelos 240 Km² que compõem a área total de Ilha Grande de Santa Isabel (COMISSÃO ILHA ATIVA, 2012). De modo que da praia, passando pelo Bom Jesus até o povoado Labino, colhem caju (*Anacardium sp.*), próximo aos cajueiros encontram o jatobá (*Hymenaea sp.*) e o guajirú (*Chrysobalanus sp.*) e no carrasco, um ambiente de vegetação densa, de difícil acesso e sob dunas fixas, extraem o tucum (*Astrocaryum sp.*)⁵.

Na área de restinga, na direção do Labino, espalham-se carnaúbas (*Copernicia prunifera*), de onde artesãos retiram a palha. Do carrasco até a proximidade das dunas, são extraídas duas qualidades de murici (*Byrsonima sp.*), o pitanga e o da praia, assim como a murta (*Myrtus sp.*). Pró-

4 Esta quarta mudança nas relações socioespaciais na Pedra do Sal foi analisada em Maurício (2020c).

5 Os dados referentes ao extrativismo animal e vegetal foram embasados no trabalho de campo e em Comissão Ilha Ativa ([s. d.]).

xima às dunas, há ameixa (*Ximenia sp.*). A goiaba localiza-se no Bom Jesus. Na direção da Barra das Canárias, ficam os mangues de onde extraem o caranguejo e a ostra. Já o siri (*Callinectes sp.*) encontra-se ao longo dos 8 Km da faixa de praia da ilha. Do mangue à praia, os habitantes da Pedra do Sal identificam a presença de 19 animais silvestres, entre mamíferos, aves e répteis, os quais utilizam diversas lagoas; o Igarapé das Ostras e o mar, dos quais são extraídos por volta de 14 tipos de peixes, segundo a classificação nativa. O camarão (*Macrobrachium sp.*) concentra-se nas lagoas e no mar. No Igarapé das Ostras, estão o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e o marisco.

O regime de chuvas (janeiro a junho) e as grandes marés (agosto e setembro) propiciam o encontro das águas da chuva e do mar entre janeiro e maio, formando as lagoas intermitentes. As lagoas são identificadas por nomes como Pema, Saúna, Alvim, Tanque Novo, Azul, Piau, Patos, Cobra e suprem os moradores de diferentes povoados de Ilha Grande. A variação sazonal entre “inverno”, período chuvoso e “verão”, período entre julho e dezembro sem precipitações, são referências para organizar a pesca em lagoas e no mar.

No período chuvoso, as lagoas são priorizadas, pois as precipitações tornam a pesca em alto mar um empreendimento arriscado. O período do verão, quando as chuvas cessam, coincide com o período das grandes marés, quando o mar é priorizado para a pesca. Dessa maneira, no inverno utilizam as lagoas; no verão, o mar. Esse arranjo hidroespacial lagoa-mar ordenado de acordo com o arranjo ecotemporal inverno-verão, propicia estabilidade no consumo do pescado entre as famílias locais durante a maior parte do ano e viabiliza renda através da comercialização com atravessadores.

O extrativismo do caju⁶ possui uma dinâmica de aprendizado intergeracional e matriarcal. A prática é transmitida de mãe para filha até as netas e os netos. Contudo, esse aprendizado depende da convivência entre

6 A floração do caju ocorre de junho a agosto; a frutificação, de julho a dezembro com pico de agosto a novembro; a safra, de agosto a dezembro.

os membros da família durante a prática extrativista, na qual um conhecimento sobre como andar e se localizar na mata é aprendido na medida em que o descendente observa e ao mesmo tempo performa como seu ascendente se relaciona com o ambiente ao seu redor, exigindo aquilo que Ingold (2015) chamou de “educação da atenção”, na qual o conhecimento deriva da experiência imediata com o mundo.

O aprendizado do extrativismo do caju inicia-se na infância; contudo, a mulher permanece vinculada a ele durante o ciclo de vida, enquanto o homem é deslocado para a pesca e nela permanece até sua aposentadoria. Este adentra o “mato” em decorrência do parentesco com a mulher, isto é, na condição social de filho, neto ou marido e sua participação é percebida como uma “ajuda” ou “lazer”. Se alguma generalização pode ser feita, excetuando casos extraordinários, é que, na Pedra do Sal, o mar e a mata correspondem a ambientes apropriados por diferentes gêneros, indicando a existência de homens e mulheres ecologicamente situáveis a partir das práticas extrativistas ou de ecologias generificadas no litoral do Piauí.

Apesar da segmentação ecológica entre os gêneros, o extrativismo florestal e o marinho se complementam na organização da alimentação e renda do grupo doméstico. O caju, apanhado pela mulher na mata e comercializado no mercado, contrabalança a falta de renda ou alimento advindo de uma pesca malsucedida. Assim, os princípios de divisão e complementariedade do trabalho do homem e da mulher e do ambiente florestal e marinho operam na reprodução social das famílias.

A partir dos anos 2000, a instalação de parques eólicos desmatou cajueiros e impactou o trabalho da mulher na mata, que experimentou a escassez do fruto. Tal situação inaugurou a tendência da crescente dependência da família em relação à pesca e, assim, o desequilíbrio, no sentido chayanoviano do termo (CHAYANOV, 1966), no arranjo de gênero e ecológico que organiza o extrativismo artesanal. A pesca na Pedra do Sal é percebida como uma atividade instável, e o peixe é considerado um animal “inteligente” com “vontade” própria, ou seja, capturado pelo pescador se o próprio peixe quiser. Além de o pescador lidar com a agência do peixe, tem

de manejar os efeitos da diminuição progressiva do pescado em decorrência de anos de pesca de arrasto praticada por grandes embarcações da indústria pesqueira no litoral piauiense.

Na cosmologia pesqueira, o pescador está à mercê do peixe. Já na mata, o caju está ao alcance da mão da extrativista e depende de sua disposição em colhê-lo e da oferta natural do fruto. Se a pesca é regida pela instabilidade, a coleta de caju é percebida como estável. E é essa estabilidade que equilibra a instabilidade da pesca e oferece renda e alimentação ao grupo doméstico no caso de o pescador não ter tido êxito no mar. O desmatamento de cajueiros promovido pela instalação de parques eólicos não apenas impacta o trabalho da mulher mas também o do homem. Sem a tradicional oferta de caju, o homem terá que capturar mais peixes para atender às demandas de alimento e renda da família⁷.

Do “botar” ao “cercar”, passando pelo “andar”

Autores da economia política agrária usaram termos como *land rush*, *land-grabbing* e *new enclosures* para caracterizar o açambarcamento de terras ocupadas por camponeses e povos tradicionais em países da África, Ásia e América Latina após a crise econômica de 2008. A justificativa para investimento em larga escala em terras foi apresentada por corporações capitalistas através de narrativas de crise ligadas à escassez crescente e à catástrofe iminente (WHITE *et al.*, 2012).

A solução para tais crises alimentares, energéticas e climáticas consistia em capturar os potenciais das chamadas terras marginais, vazias e disponíveis. Com maior frequência esse açambarcamento ocorreu em situações nas quais a população local não possuía direitos formais sobre a terra, mas também em toda uma gama de regimes de direitos de propriedade: terras públicas, terras de uso comum e terras privadas, inclusive em terras

7 Tratei da organização e o funcionamento das práticas extrativistas na Pedra do Sal em Maurício (2020b).

de reforma agrária (WHITE *et al.*, 2012). A partir dos anos 2000, ocorreu uma corrida por terras (SASSEN, 2016) no litoral nordestino do Brasil visando à instalação de empreendimentos econômicos diversos, tendo a carcinicultura antecedido a chegada de projetos de turismo e energia.

O litoral do Piauí situa-se entre a badalada Jericoacoara, no Ceará, e os famosos Lençóis Maranhenses, ambos englobados pela assim chamada Rota das Emoções, um percurso turístico embasado em redes de hotéis, serviços de passeio etc. Para certa mentalidade empresarial e governamental, o litoral piauiense era um potencial não aproveitado entre esses dois polos de turismo em plena era do neodesenvolvimentismo. Foi baseada numa certa noção de terra vazia que se ancoraram as justificativas de empresários e governos para a instalação de tais projetos no estreito litoral piauiense.

A discussão sobre *landgrabbing* e *enclosures* tendeu a concentrar-se no cercamento de terras; contudo, proponho pensar o cercamento de pessoas e seus movimentos cotidianos em situações percebidas por meus interlocutores de pesquisa como “ficar cercado” em decorrência da convivência com empreendimentos de grande escala. Recorro aos relatos de Zé, Norma e Bureta, destacando um vocabulário movimentante (COMERFORD; ANDRIOLLI, 2015) e imovimentante também composto pelo “botar”, “cercar” e “andar”.

“Botar”

A área setentrional de Ilha Grande de Santa Isabel, onde se localiza a Pedra do Sal, foi assediada por investidores estrangeiros, tendo o setor de geração de energia eólica conseguido territorializar-se extensivamente na ilha entre 2006 e 2020. Contudo, as “eólicas” foram antecedidas por projetos faraônicos de resorts de luxo ainda na primeira metade dos anos 2000.

- O senhor se lembra como foi a essa “chegada” das empresas?
- Na verdade, quando elas apareceram, foi um debate muito grande. A gente passou uma dificuldade muito grande. [...] É como isso aqui, foi muita briga. Briga assim, em termos de reu-

nião, de ajuda de todas as comunidades. [...] E foi muito difícil, foi uma briga muito grande. Que eles queriam tirar o pescador aqui. Isso aqui era pra passar o rodo. Aí botava a gente lá pra região, quando nós fomos na pista, na piçarra, nós entramos no asfalto, aí corremos de lado do cata-vento que tá até queimado, que eu te mostrei. Era ali [ele descreve o percurso que fizemos de moto entre a Pedra do Sal e Parnaíba]. E aí, abaixo daquele cata-vento, é uma região que eles iam providenciar pra botar todo mundo da Pedra do Sal pra lá. E isso aqui ficava só pra empresa. Aí moço, mas foi dolorido.

- O pessoal não quis sair daqui não?
- Não, ninguém não quis. Não aceitou de jeito nenhum, não.
- Eles ofereceram só o lugar ou ofereceram indenização?
- Nada de indenização, era só mesmo o lugar. E a gente mesmo com indenização, nós não queríamos ir. Porque quem tá num cantinho desses, numa paz dessa aí. A gente se bateu de mais, sofreu muito, muito mesmo. E todo dia reunião.
- E hoje, como é que tá essa relação com as eólicas?
- Hoje a gente acha que saiu do sufoco, né, Raphael. Que num é bem confiando não. A gente ainda tem medo de estourar ainda, mas parou. Não mexeram mais com a gente não. [...] A gente tem medo que aconteça deles virem de novo. Aqui eles não ofereceram nada pro pescador, nada pra comunidade. O que eles ofereceram foi só despejo, era só sair fora e pronto. Ainda bem que a gente teve coragem de reagir. (Entrevista com Zé Garoto, 3 de setembro de 2016).

Seu Zé Garoto nasceu no Cal, um povoado próximo aos Morros da Mariana. Lá, era agricultor, mas estava cansado de perder a roça com o aumento das águas do rio. Nos anos 1980, foi com a esposa e os seis filhos para a Pedra do Sal, após ter permissão dos Silva para fazer morada no lugar. A agricultura foi substituída pela pesca; mas, quando o conheci era comerciante, possuía uma pousada geminada à sua casa e um bar na praia, administrado pela família.

Destaco no relato de Zé um vocabulário associado ao tema do deslocamento compulsório⁸: “tirar”, “passar o rodo”, “botar”, “mexer”, “despejo”, “sair fora”. A chegada da empresa “mexeu” com os moradores, isto é, os importunou, disseminando dúvida sobre o destino daquela “comunidade” que nunca possuiu a titulação das “terras” comuns da ilha nem a regularização fundiária dos “terrenos” familiares. A mexida foi experimentada como “sofrimento” com a proposta de “botar” os moradores da Pedra do Sal numa área fora do perímetro do povoado, apartando-os das matas e aquíferos utilizados no extrativismo artesanal e da praia, lugar valorizado cultural e economicamente devido às possibilidades que oferece à pesca e ao comércio de alimentos e bebidas com “gente de fora” que a frequenta nos fins de semana e feriados nacionais.

O deslocamento compulsório não se realizou, disse Zé Garoto, atribuindo a permanência no lugar à “briga”, isto é, a articulação comunitária em reuniões e assembleias contra o “despejo”. O que estava em jogo para Zé e as pessoas como ele era que o deslocamento ameaçava a “paz” que tinham nesse “cantinho” que é a Pedra do Sal. A estabilidade sugerida pela “paz” está enraizada; pode-se-ia dizer, ainda, territorializada, associada ao termo “cantinho” para referir-se à Pedra e a certo estado espiritual das relações sociais produzidas entre seus habitantes através daquele lugar. É propriamente esta qualidade atribuída pelos moradores que torna a permanência não intercambiável pelo dinheiro oferecido naquele momento pela empresa; afinal: “mesmo com indenização, nós não queríamos ir”. Mais adiante, no relato do pescador Bureta, a “tranquilidade” é acionada para referir-se à mobilidade espacial pela ilha e a utilização comunitária de matas, mangues e igarapés, indicando a “paz” do “cantinho” e a “tranquilidade” de “andar”, “catar” e “pescar” que compõem o modo pedral de habitar o litoral piauiense.

8 O deslocamento compulsório ocorre quando residentes de determinada área são remanejados contra a sua vontade para outro lugar.

Antes de adentrar às formulações do pescador ilhéu, apresento o relato de Norma, artesã e liderança comunitária, sobre a convivência com os parques eólicos das empresas Engie e Omega. Apesar da organização popular local e a fiscalização do poder público ter barrado a instalação do *resort*, isso não impediu que anos depois os moradores do lugar assistissem a Pedra do Sal recompor-se numa dessas paisagens da transição energética (FORTIN, 2015) à custa da perda do controle e acesso dos extrativistas artesanais às matas e aquíferos da ilha, fontes de seu “sustento” e “tranquilidade”.

“Cercar”

No dia 13 de fevereiro de 2009, foi inaugurado o primeiro parque eólico do Piauí. O lugar escolhido para a instalação foi Ilha Grande de Santa Isabel, em decorrência dos fortes ventos que sopram na ilha, já relatados por cronistas desde o século XIX (CAMPOS, 1947). O parque recebeu o nome de Usina Eólica Pedra do Sal por se encontrar nas imediações da Pedral e possuía capacidade de produção de 18 MW por meio de 20 aerogeradores de 54 metros cada. A usina fora integrada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) pela subestação parnaibana da Companhia Energética do Piauí (CEPISA). Cinco anos após aquela inauguração, em 12 de maio de 2014, a Omega Energia instalou o Parque Eólico Complexo Delta com 35 aerogeradores, quinze a mais que a Tractbel, mais altos, com 90 metros de altura, e mais potentes, gerando 70 MW de energia.

No decorrer da década de 2010, a Tractbel mudou de nome para Engie, passando a ser controlada por um grupo franco-belga, e a Omega Energia tornou-se a empresa com maior número de aerogeradores instalados em Ilha Grande. Em 2018, existiam sete parques eólicos com 162,8 MW de capacidade instalada para geração de energia através de 89 aerogeradores ocupando 1.327,7 ha de terras (LIMA, 2019), uma área quase cinco vezes maior que a ocupada pelas casas de moradores da Pedra do Sal.

A territorialização (MIRANDA, 2013) dos parques eólicos é um processo de extensão e intensidade consideráveis. A implantação de aeroge-

radores demanda “grande área para geração de energia além do espaçamento entre elas para que o efeito de captação do fluxo de ar seja o menos turbulento possível” (DUTRA, 2007, p. 2). Para ser fixada ao solo, requer perfurações de profundidade variadas entre 12 e 30 metros (LIMA, 2019). Por sua extensão territorial, a instalação de aerogeradores promove alterações significativas na paisagem (SCHEIDEL; SORMAN, 2012) e no subsolo, danificando o meio biofísico, como os lençóis freáticos responsáveis pela formação das lagoas intermitentes na Pedra do Sal, fontes de pescado para as famílias locais na estação chuvosa.

Os estudos e relatórios de impacto ambiental encomendados pelas próprias empresas de energia reconhecem que a fase de implantação dos parques produz degradação ambiental decorrente da instalação da infraestrutura do parque (edifício de comando, aerogerador, pista, subestações coletora e elevadora, linha de transmissão), alterando a qualidade das águas superficiais, subterrâneas e do solo, perda de cobertura vegetal contínua, afugentamento da comunidade faunística (peixes, anfíbios e répteis, aves e mamíferos) e alteração na biota aquática (MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE, 2019). O relato dos moradores do lugar coletado durante o trabalho de campo informa que, na fase de operação dos parques, ocorrem alterações socioespaciais como contenção territorial (cerca, cancela) e vigilância dos extrativistas (guarda, guarita) (MAURÍCIO, 2020a).

O período de instalação e expansão dos parques eólicos sob Ilha Grande foi marcado para os extrativistas da Pedra do Sal por sucessivas perdas de terra e recursos naturais importantes na reprodução social das famílias do lugar. Eles assistiram ao desmatamento de cajueiros e ao aterramento de lagoas na fase de instalação da infraestrutura de geração de energia. Viram mais de mil hectares de terras, nos quais estão localizadas lagoas e matas, serem interditados para o uso da população local na fase de operação dos parques (LIMA, 2019). A degradação ambiental e a privatização de terras e aquíferos promoveram a espoliação ambiental (LATORRE; FARRELL; MARTÍNEZ-ALIER, 2015) dos extrativistas pelas empresas de energia ao longo

do período 2006-2019, ao separá-los dos meios de vida (CANDIDO, 2003) que possibilitam o “sustento”.

Além dos cajueiros, as lagoas são outra unidade da paisagem integrada ao modo de vida ilhéu. Elas se originam em diferentes lugares da Pedra do Sal e da ilha como um todo, recebendo cada qual um nome próprio. Elas possuem um ciclo ecológico associado às mudanças nas estações. Em tempo de “inverno bom”, as lagoas enchem e geralmente atravessam o ano com quantidade considerável de água e peixes, tal como pude observar em 2017, 2018 e 2019. Em anos de “inverno ruim”, como em 2015 e 2016, elas “secam”, servindo apenas para os porcos banharem-se ou os cavalos beberem água.

Os habitantes do lugar compreenderam que a presença dos parques eólicos dificultou o acesso a aquíferos e à área de coleta de frutos e caça de animais. As restrições ao uso, expressas em placas⁹, na presença de guardas, guaritas e cancelas tentam regular a mobilidade dos extrativistas nas porções da ilha ocupadas pelos parques das empresas Engie e Omega promovendo a sensação de “ficar cercado”.

Parece que a gente parou, estagnou, porque tudo gira em torno deles; eles tomaram de conta de tudo, e a gente ficou ali cercado. É como se a gente tivesse que viver ali naquele meio e eles ao redor tomando conta de tudo e a gente não consegue sair, fluir, crescer [...]. A população em si vive um conflito, porque regrediu muito aqui. Se não tivesse tido as torres, a gente tinha as áreas, tinha como sair pra pescar, tinha como vender um peixe. Porque tem época que pescar no mar fica difícil; aí, nessa época do

9 Durante o trabalho de campo, registrei o enunciado de placas afixadas pelas empresas de energia que proibiam a caça e coleta de madeira pelos extrativistas como uma medida de proteção ambiental. Outras placas operavam discursos do “cuidado” e do “risco” que alertavam sobre choque elétrico e proibição do acesso à área do parque eólico. Compreendo que as empresas utilizaram cercas, guaritas, portões e cancelas como infraestruturas materiais de privatização da terra e que as placas funcionaram como discursos que cercam, isto é, buscam criar as condições simbólicas para a eficácia social das infraestruturas materiais de privatização.

inverno, ia pra lagoa, vendia peixe e ia crescendo. E com esse negócio dessas torres aí, a gente não vê o crescimento de nada. Mudança pro bem não, só pro mal. (Entrevista com Norma em sua casa, 9 de abril de 2016).

No início do trabalho de campo, havia identificado o processo de cercamento de terras e aquíferos, mas ainda não havia percebido que meus interlocutores de pesquisa também falavam sobre o cercamento de pessoas. Para essa conversão do olhar do pesquisador, foi importante a reflexão da artesã Norma sobre a convivência com os parques eólicos, de onde destaco um vocabulário imovimentante: a “gente parou, estagnou”; a “gente ficou cercado”; a “gente não consegue sair, fluir, crescer”; “tudo gira em torno deles”. Penso que o relato de Norma revela uma escala antropológica dos *land enclosures*, uma espécie de gente *enclosures*, que tem escapado às análises de economia política agrária porque está restrita aos termos fundiários dos cercamentos.

Um fragmento do relato do pescador Bureta durante uma oficina de assessoria jurídica na associação comunitária também expressa algo das relações natureza-gente na Pedra do Sal.

[...] Tudo aqui faz parte da minha vida [matas, mangues, praia, igarapés, lagoas], destruindo tudo isso, faz parte da morte da gente. Já tá mermo que matar a gente. Tá matando a natureza e tá matando o ser humano, porque tudo isso faz parte da nossa vida. (Bureta, durante oficina jurídica na Associação de Moradores, 24 de maio de 2015).

As percepções de sentir-se “cercada”, assim como foram cercadas as terras e os aquíferos “tomados” pelas empresas de energia e a “morte” do ser humano como extensão da morte da “natureza”, tal qual entendida por Bureta, podem ser explicadas pelo fato de o extrativismo artesanal praticado na Pedra do Sal estar *rooted* no ecossistema local por meio de uma *coproduction*, isto é, “interactions between and mutual transformation of people and living nature” (VAN DER PLOEG, 2013, p. 19). De modo que as

transformações no meio biofísico podem ser experimentadas como transformações humanas através de um contínuo gente-natureza.

A implantação das “torres” significou a perda de áreas utilizadas para a pesca em lagoa, particularmente importantes no inverno. Devido aos ventos fortes da estação, a pesca em alto mar torna-se arriscada. A pesca em lagoa e no mar se complementam na Pedra do Sal, formando um arranjo lagoa-mar no qual se alternam os usos das águas salgada e doce de acordo com o calendário ecológico, proporcionando alimentação e continuidade da venda do pescado e, assim, o “crescimento” da pessoa.

A venda do peixe é uma maneira de fazer dinheiro e, assim, manter abastecido o fundo de manutenção da família pedral com bens não produzidos na ilha, tais como roupas, eletrodomésticos, alimentos e remédios industrializados. Na Pedral, a venda de peixes, frutos e crustáceos possibilitam acesso a uma “renda”. Outras fontes são o pequeno comércio (quitandas e bares) e os benefícios sociais do governo, por exemplo, a aposentadoria rural, o Seguro Defeso do pescador artesanal e o Programa Bolsa Família, como já destacado.

Nesse contexto socioeconômico, a restrição à pesca em lagoa representa a perda de uma importante fonte de renda para o morador. Contudo, esse efeito também é sentido ao nível do estatuto da pessoa, sendo expresso na condição de não mais conseguir “crescer”, de ficar sem uma renda ou de ter ela diminuída. Não ter acesso aos peixes nas lagoas, porque parte delas foram aterradas para a construção de pistas, impactou as estratégias econômicas locais e rebateu na própria condição social da pessoa, que não mais cresce, que ficou “estagnada”.

“Crescer” no universo do povoado é uma característica socialmente importante para uma avaliação positiva da conduta pessoal. As possibilidades de crescer para a maioria dos habitantes da Pedra do Sal ainda são buscadas no mar, nas lagoas, na mata e no mangue. Nesse cercamento de terras, aquíferos e pessoas, eles estão no “meio”, como expressou Norma, e quem está ao redor são os parques e suas empresas, “tomando conta de tudo”, fazendo “tudo girar em torno deles”.

A tríade “cercar” a natureza, “parar” e “estagnar” gente pode indicar uma escala antropológica dos *enclosures* no litoral piauiense. De modo que a instalação dos parques da Engie e da Omega na ilha não significou apenas o início da geração de energia eólica no Piauí, integrando o estreito litoral do estado à fronteira energética brasileira, nem foi apenas uma estratégia governamental de diversificação da matriz para a transição rumo às fontes ditas renováveis ou exclusivamente a territorialização de capitais do Norte Global na semiperiferia do sistema-mundo capitalista. Significou também a produção de escassez de frutos e peixes no “sustento” das famílias, a “estagnação” da pessoa e o não “crescimento” da “gente” do lugar.

“Andar”

As práticas extrativistas de meus interlocutores são práticas de mobilidade. É deslocando-se da casa para a mata, por exemplo, é que conseguem o “sustento” da família, isto é, alimento para o grupo doméstico e renda com a comercialização do excedente no mercado municipal em Parnaíba (MAURÍCIO, 2020b). É movimentando-se entre a “terra” e o “terreno” que Dona Eli coleta o caju no mato para o consumo em casa ou transforma-o em doce e licor para vender na comunidade ou na cidade. Assim, ela pode “crescer”, como afirmou Norma, pois tem uma fonte de renda.

Lembro ao leitor que os moradores do lugar não eram privados de matas, mangues e lagoas nos tempos em que o silvismo exercia controle político sobre a organização fundiária da ilha. Foi com a chegada das empresas de energia nos anos 2000 que experimentaram a limitação à mobilidade com as cercas, cancelas e guaritas dos parques eólicos, e com a privatização de áreas de uso comum que as seguiu. A mobilidade pelos ecossistemas ilhéus é parte da territorialidade da gente da Pedra do Sal. No cercamento de terras, aquíferos e pessoas inaugurados pelas empresas ao “tomarem conta de tudo”, o passado tende a ser pensado em relação ao presente como um período de ampla mobilidade, isto é, sem as restrições ao movimento pela geografia de Ilha Grande, experimentando a pessoa uma condição

de “liberdade” ancorada no “entrar e sair” do mangue, da praia, da mata, “toda a hora que quisesse”, como expressou Bureta em seu relato.

Olha, uma ilha dessa é muito grande, eu num faço questão, eu num faço não questão, dizer, vou querer esse pedaço de terra pra mim! Não quero não, eu só quero viver liberto como eu comecei minha vida, só quero viver liberto. Faço empenho de tomar terra de ninguém não, quero não. “Vou cercar aqui essa grande área pra mim”, quero não. Eu só quero viver liberto, sem a perseguição de nenhum empreendedor desses, só queria viver minha vida tranquilo, liberto, podendo entrar e sair, como se diz, toda hora que eu quisesse; podendo pescar nas minhas lagoas; podendo pescar nos meus igarapés; podendo catar meu caranguejo, no dia que eu quisesse meu caranguejo, nos mangues; podendo pescar na minha praia tranquilo; podendo andar por todo lugar que eu nasci e me criei andando tranquilo; podendo colher meus cajus, meus murici. (Bureta, durante oficina jurídica na Associação de Moradores, 23 de maio de 2015).

Destaco, no relato de Bureta, um vocabulário movimentante: “entrar e sair”, “andar por todo lugar”, “andar tranquilo”, associado às qualidades de “viver a vida tranquilo”, e “viver liberto”. As expressões de Bureta possuem forte sentido de mobilidade pelos lugares de caça, pesca e coleta, remetendo ao início de sua vida, ao período em que não existiam as empresas e os empreendedores do ramo de energia em Ilha Grande¹⁰.

Como escreveram Carneiro e Dainese (2015, p. 147), “[...] o movimento só existe em relação ao que está imóvel. Movimento e parada seriam, assim, nesse sentido, ‘conceitos geminados’”. O “liberto”, acionado por Bureta em seu relato, é o oposto relacional do “cercado” dito por Norma. São conceitos geminados e expressam a percepção nativa sobre as mudanças ocor-

10 Ellen Woortmann (1992, p. 25) escreveu que o “[...] antigamente, com o conteúdo que tem hoje, só existe hoje, a percepção do tempo histórico é, ela mesma, histórica, pois é dada num momento específico da história. Na convivência com os parques edílicos, meus interlocutores operaram segmentações simbólicas do tempo, dividindo-o e relacionando unidades como “antes” e “hoje” (MAURÍCIO, 2020a).

ridas entre 2006 e 2019, com a “chegada” dos empreendimentos de grande escala no litoral piauiense. Mobilidade, liberdade e tranquilidade aparecem no relato de Bureta como equivalentes cosmológicos, pois sentir-se “liberto” é “andar por todo lugar”; “poder pescar” nas lagoas, nos igarapés e na praia; “poder colher” caju e murici na mata; “poder catar” no mangue compoendo, assim, a “vida tranquila” no litoral piauiense.

A partir de etnografias realizadas em distintos contextos rurais, Carneiro e Dainese (2015, p. 148-154) tentaram elaborar as classificações em relação às qualidades do movimento.

Uma primeira grande classificação torna-se possível quando notamos duas qualidades irredutíveis do movimento. Por um lado, trata-se da qualidade do movimento entendido como deslocamento no espaço, ou seja, a mobilidade em relação a coordenadas espaciais específicas criadas pelo próprio movimento; por outro, o encontramos sem relação com o espaço percorrido, isto é, movimentos intensivos, não geográficos. Essas duas formas de movimento, entretanto, não estão necessariamente separadas. [...] Há, portanto, uma série de atividades que, ao criarem movimento, replicam movimentações nas próprias pessoas, transformando condições e estados de espírito.

A identificação das qualidades extensivas e intensivas do movimento é boa para pensar o que relataram meus interlocutores sobre o “liberto” e o “cercado” em suas dimensões de extensividade geográfica na “terra”, e de intensidade antropológica na “gente”. A restrição ao movimento extensivo pelas terras de Ilha Grande é estendida à pessoa através da condição ou do estado de espírito de “cercado” e “parado” que acompanham as restrições à mobilidade. Ao mesmo tempo, ativa a memória do “liberto” como qualidade da mobilidade ilhéu no antigamente, reconstruindo o “significado do passado nas tensões do presente” (TAUSSIG, 2010, p. 145).

Neste sentido, os deslocamentos físicos do extrativismo replicam em movimentações “nas próprias pessoas, transformando condições e estados de espírito” (CARNEIRO; DAINESE, 2015, p. 154). Pode-se dizer que a vida

no litoral piauiense experimentada como “liberdade” é baseada “[...] em práticas que encontram, em formas diferenciadas de deslocamento, um princípio organizador fundamental” (CARNEIRO; DAINESE, 2015, p. 147). A mobilidade dessa “gente” entre a “terra” e o “terreno” é um princípio organizador fundamental do tipo de extrativismo florestal e marinho praticado no lugar, com base no uso comum e fonte de “sustento”, “renda” e “crescimento” da pessoa.

Do “andar” à “tranquilidade”, passando pela “liberdade”

O “liberto” como oposto do “cercado” compõe a “vida tranquila”, tal qual descrita por Bureta, como aquela “sem a perseguição de nenhum empreendedor”, como existência movimentante entre a “terra” e o “terreno”. Penso que a força estabilizadora de tal vivência é o próprio “andar por todo lugar”, o “entrar e sair a hora que quiser” (CARNEIRO; DAINESE, 2015). Os parques eólicos das empresas Omega e Engie se apresentaram no litoral piauiense como infraestruturas de potência desestabilizadora das relações entre a “terra” e o “terreno”, entre a “gente” e a “natureza” como praticadas e valorizadas por meus interlocutores (CARNEIRO; DAINESE, 2015).

Se a “ação humana movimentada para estabilizar determinada configuração relacional”, a imobilidade do “ficar cercado” desestabilizou a “vida tranquila” (CARNEIRO; DAINESE, 2015, p. 159). Longe de significar instabilidade, as movimentações do extrativismo artesanal são formas de estabilizar a existência na parte rochosa do estreito litoral piauiense. Por sua vez, “parar” e “estagnar” são percebidas como desestabilizadoras da vida que levam no lugar. Acredito que a esta altura do texto é possível visualizar a tranquilidade movimentante dos habitantes das terras litorâneas piauienses. O sentir-se “liberto” como qualidade intensiva do movimento é implicado pela extensividade de “andar por todo lugar” e “sem perseguição”, compondo, assim, a movimentante “vida tranquila”, pois essa “gente” relaciona a estabilidade de suas vivências à mobilidade.

Para meus interlocutores do litoral piauiense, “movimentos frequentemente traduzem autonomia e liberdade” (CARNEIRO; DAINESE, 2015, p. 157), assim como “paradas” e “estagnação” implicam em seus opostos, isto é, heteronomia e cercamento. Os extrativistas organizam o seu “sustento” através dessas práticas movimentantes como a coleta, a caça e a pesca; afinal, é andando por Ilha Grande que essa gente “cresce”. Contudo, existe uma modalidade de movimentação que não se associa à autonomia, este é o “botar” descrito por Zé Garoto em suas elaborações sobre o deslocamento compulsório. O “botar” diferencia-se do “andar” porque o primeiro implica ser movimentado por outro, enquanto o segundo se refere a movimentar a si mesmo. Talvez o caso da Pedra do Sal habilite a arriscar a classificação de movimentos autônomos e heterônomos, isto é, concebidos como movimentar-se ou ser movimentado por outro, um governo, uma empresa, um desastre ou crime ambiental, permitindo pensar dimensões da mobilidade que não implicam necessariamente autonomia e liberdade, mas seus opostos.

Dos pés à mão, passando pela afetação

Atravessei a mata de carrasco com Seu Buchudo para conhecer o antigo sítio onde nasceu. Ele sempre à frente, guiando-me no caminho. Os galhos daquela mata estavam impregnados de memórias sobre seus “velhos”, sobre os Silva, sobre campos de futebol em que jogou e times que não mais existem. No período de safra do caju, adentrei à mata na companhia de Dona Elizeuda e Seu Francisco, da burra Liana e da cadela Cecí. Movia-me ao lado ou atrás deles, acompanhando-os durante as quatro horas de caminhada e parada para coleta e transporte do caju. Enquanto isso, ouvia as memórias de Eli sobre seu finado pai nos tempos de “fartura” e histórias sobre o “espírito do meio-dia”¹¹, que certa vez desnorteou Francisco enquanto andava pela mata.

11 Dona Elizeuda contou-me sobre a existência dessa entidade presente nas matas da Pedra do Sal. Tal espírito interditava o uso dos cajueiros ao meio-dia e à meia-noite, exer-

Ao caminhar com Seu Buchudo e outros interlocutores, compreendi que “andar” por matas, mangues e praias era um meio de relacionar-se com a ilha, de compor a vida no litoral do Piauí como movência. O trabalho de campo funcionou, em parte, como trabalho de corpo, visto que, para ouvir certos pensamentos e registrar determinadas atitudes, eu precisava estar com eles por onde costumam “andar”. Isso implicou deslocamento do meu corpo e do meu ponto de vista, resultando num texto escrito com a mão, mas através dos pés, dado que, de algum modo, afetado (FAVRET-SAADA, 2005) pela movimentante vida do litoral piauiense. Ainda que eu possa ter vindo a “trocar os pés pelas mãos”, como bem sintetiza o dito popular sobre nossos equívocos terranos, sem o recurso aos pés, minha mão jamais faria este texto. Assim foi escrever sobre essa “gente” que tanto anda, entra, sai, atravessa e é atravessada por matas, mangues e praias em busca de “sustento” e “tranquilidade”.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Maria Bernadete de Carvalho. *Percepção socioambiental da comunidade Pedra do Sal acerca da implantação do Complexo Eólico Delta do Parnaíba na APA Delta do Parnaíba/PI*. 2016. 72 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2016.

BEZERRA, Maria Bernadete de Carvalho *et al.* Percepção dos impactos socioambientais decorrentes da implantação do complexo eólico Delta do Parnaíba. *Gaia Scientia*, v. 11, n. 1, p. 116-130, 2017.

CAMPOS, Humberto de. *Memórias*. Rio de Janeiro: WM Jackson Inc, 1947.

cendo um tipo de regulação sobre a atividade dos extrativistas. Quem desobedece às interdições, sofria alguma retaliação do espírito como perda do sentido de direção ou da consciência, como no caso de Francisco. Ainda que Elizeuda não tenha se referido à Cumadre Fulozinha ao falar de tal entidade, esse espírito do meio-dia e da meia-noite guarda semelhança com essa lenda contada pelas populações litorâneas do nordeste do Brasil.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. Notas sobre diferenças e diferenciações etnográficas do movimento. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 143-166, 2015.

CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Illinois: The American Economic Association, 1966.

COMERFORD, John; ANDRIOLLI, Carmen. Apresentação. *Ruris – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas, v. 9, n. 1, p. 7-11, 2015.

COMISSÃO ILHA ATIVA. *Sócio biodiversidade da Ilha Grande de Santa Isabel: um olhar da comunidade visando à RESEX do Cajuí*. Ilha Grande: [S. n.], 2012.

COMISSÃO ILHA ATIVA. *Sensibilização das Comunidades para o uso Sustentável dos Recursos Naturais na Ilha Grande de Santa Isabel – PI*. Ilha Grande de Santa Isabel: [S. n.], [s. d.].

DUTRA, Ricardo. *Propostas de políticas específicas para energia eólica no Brasil após a primeira fase do PROINFA*. 2007. 415 f. Tese (Doutorado em Planejamento Energético) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Energético, Universidade Federal do Rio Janeiro, Rio Janeiro, 2007.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. *Cadernos de Campo*, n. 13, p. 155-161, 2005.

FORTIN, Marie-José. As paisagens da transição energética: uma perspectiva política. *Redes – Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 20, n. 3, p. 349-364, 2015.

GODÓI, Emília Pietrafesa. Territorialidade: trajetória e usos do conceito. *Raízes*, v. 34, n. 2, p. 8-16, 2014.

INGOLD, Tim. O dédalo e o labirinto: caminhar, imaginar e educar a atenção. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 21, n. 44, p. 21-36, 2015.

LATORRE, Sara; FARRELL, Katharine; MARTINEZ-ALIER, Joan. The commodification of nature and socio-environmental resistance in Ecuador: an inventory of accumulation by dispossession cases 1980-2013. *Ecological Economics*, n. 116, p. 58-69, 2015.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o sistema representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LIMA, José Auricélio. *A natureza contraditória da territorialização da produção de energia eólica no nordeste do Brasil*. 2019. 430 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

LITTLE, Paul. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Anuário antropológico*, v. 28, n. 1, p. 251-290, 2003.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. *Os filhos do lugar: crônicas da territorialidade pedral*. 2020. 307 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020a.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. A casa, a mata e o mercado: a rede de relações do extrativismo do caju na Pedra do Sal. In: SANTOS, Alexandre. *Mundos do trabalho no Piauí*. Parnaíba: Taipa Editorial, 2020b. p. 71-84.

MAURÍCIO, Francisco Raphael Cruz. Micropolítica do terreno: família, espaço e reprodução social no Litoral do Piauí. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, v. 7, n. 15, p. 59-74, 2020c.

MINERAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE; OMEGA ENERGIA. *Estudo de impacto ambiental – EIA Complexo Eólico Delta 10, Volume I*, 2019.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Ecologia política e processos de territorialização. *Sociedade e Estado*, v. 28, n. 1, p. 142-161, 2013.

PALMEIRA, Moacir Gracindo. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, v. 2, n. 2, p. 103-114, 1977.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCHEIDEL, Arnim; SORMAN, Alevgul. Energy transitions and the global land rush: ultimate drivers and persistent consequences. *Global Environmental Change*, n. 22, p. 588–595, 2012.

TAUSSIG, Michael. *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

VANDER PLOEG, Jan Douwe. *Peasants and the art of farming: a chayanovian manifesto*. Halifax: Fernwood Publishing, 2013.

WHITE, Ben et al. The new enclosures: critical perspectives on corporate land deals. *The Journal of Peasant Studies*, 2012, v. 39, n. 3–4, p. 619–647, 2012.

WOLF, Eric. *Parentesco, amizade e relação patrono-cliente em sociedades complexas*. Brasília: UnB/DAN, 2011. (Série Tradução, Vol. 1).

WOORTMANN, Ellen F. Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 7, n. 18, p. 41–61, 1992.